

Raça, gênero e orçamento público: uma conversa com Clara Marinho

Race, gender and public budget: a conversation with Clara Marinho

Clara Marinho Pereira

Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Analista na Secretaria de Orçamento Federal

Resumo: Entrevistamos nesta edição Clara Marinho Pereira, analista de planejamento e orçamento na Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia. Em 2021, a nossa entrevistada ficou conhecida por ser eleita pela ONU como uma das cem personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo e, em 2022, por compor o grupo técnico de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete de Transição Governamental do presidente eleito. Sua trajetória encontra-se fortemente atrelada a debates em prol da igualdade racial no Brasil. Neste encontro assíncrono, tivemos uma conversa aberta e rica, em que Clara nos aponta através de conceitos e vivências a realidade que permeia a implantação de políticas públicas em prol da igualdade racial, assim como, mecanismos disponíveis para o combate ao racismo institucional na esfera pública. A entrevista aborda temas presentes nos principais debates sócio-políticos do Brasil e suas considerações nos auxiliam a compreender assuntos complexos sobre a máquina política.

Palavras-chave: Igualdade Racial. Orçamento Público. Clara Marinho.

Abstract: In this issue, we interview Clara Marinho Pereira, planning and budget analyst at the Coordination for Monitoring and Evaluation of Public Policies at the Federal Budget Secretariat (SOF) of the Ministry of Economy (Brazil). In 2021, she became known for being chosen by the United Nations (UN) as one of the most influential people of African descent in the world. In 2022, she was a member of the technical group for Planning, Budgeting and Management of the President-elect's Government Transition Office. Her trajectory is strongly linked to debates in favor of racial equality in Brazil. In this asynchronous meeting, we had an open and rich conversation about concepts and experiences. Clara Marinho points out to us the reality that permeates the implementation of public policies in favor of racial equality, as well as the mechanisms available to combat institutional racism in the public sphere, giving us a specialized view of the political machine. The interview addresses present themes in the main socio-political debates in Brazil. Her considerations help us to understand complex subjects about the political machine.

Keywords: Racial equality. Public budget. Clara Marinho.



Com uma carreira dedicada a temáticas urgentes e fundamentais para a construção de um projeto democrático e inclusivo, Clara Marinho Guimarães Marinho Pereira é a entrevistada desta edição da Revista Mundo Livre. A pesquisadora soteropolitana, também conhecida como Clara Marinho Pereira ou apenas Clara Marinho, é graduada em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e recém ingressa no curso de doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Clara Marinho foi Analista Técnica de Políticas Sociais com exercício na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no período de 2013 a 2017. Desde então, exerce a função de analista de planejamento e orçamento, atuando na Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia. A entrevistada compõe o Grupo de Trabalho de Planejamento, Orçamento e Gestão do Gabinete de Transição Governamental do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e é uma das idealizadoras do projeto *Elas no Orçamento*, uma iniciativa que tem movimentado as redes sociais com debates sobre a participação feminina em cargos de liderança no setor público.

A entrevista com Clara Marinho teve múltiplos significados para a equipe da Revista Mundo Livre. Primeiro, pela característica multidisciplinar e acessível que a entrevistada aborda os assuntos de maior complexidade. Nosso ponto de partida, foi a necessidade do orçamento público ser apresentado, sob a ótica de uma especialista, como parte de nossas realidades sociais, de maneira que atravessamentos sociais, de raça e de gênero, devam ser necessariamente considerados no planejamento orçamentário.

Contextualizando sua área de atuação, em linhas gerais, o modelo orçamentário brasileiro foi definido na Constituição Federal de 1988 e é composto de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA é elaborado a cada quatro anos e serve de projeção para ações nacionais

e seus desdobramentos em planos setoriais e regionais. Já a LDO é proposta anualmente e é responsável pelo anúncio das políticas públicas que serão prioridades para o próximo ano. Como executar essas prioridades anunciadas, fica ao encargo da LOA que, por sua vez, fixa as despesas. A partir desse desenho simples é possível entender como as políticas públicas de educação, saúde e habitação, por exemplo, são prioridades em determinados governos enquanto em outros não. No texto a seguir, Clara não só mostra como as definições do orçamento estão presentes em nosso dia-a-dia, como também expõe que muitas conquistas são frutos de atuações coletivas em processos de tomadas de decisão.

O segundo grande significado para a entrevista está no fato de que o ano de 2022 foi marcado por amplas discussões acerca dos dez anos da promulgação da Lei 12.711/2012, a Lei de Cotas. Esta lei tornou-se constante ponto de pauta no Congresso neste ano, por causa de sua revisão, mobilizando posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à sua continuidade. A ação afirmativa representa a luta pela inclusão da população negra, o combate ao racismo e a busca pela diminuição das desigualdades sociais. Estas temáticas estão nos projetos e atuações da entrevistada como servidora pública.

Por fim, acreditamos que os estudos e as atuações de Clara Marinho, como aqui foram expostos, também sinalizam a urgência do diálogo cada vez mais próximo entre teoria e práxis, sustentado na importância da educação como oportunidade de transformação social. Assim, apresentamos essa entrevista especial, repleta de referências, experiências práticas, interdisciplinaridades e conteúdos sobre raça, gênero, políticas públicas e, sobretudo, orçamento público. Agradecemos a Clara pela disponibilidade em somar conosco no esforço de romper com os muros da universidade, ao propor uma conversa sobre temas complexos, em uma comunicação compreensível e acolhedora.

Você coleciona inúmeros trabalhos, bem como atuações em órgãos públicos que sinalizam sua mobilização teórica e empírica para o enfrentamento do racismo na construção de um projeto de

desenvolvimento social equitativo. Quando surgiu o interesse e a oportunidade de se debruçar em questões emergentes de enfrentamento à desigualdade racial do nosso país?

Não foi automático. Venho de uma família negra de classe média baixa, com muito medo de empobrecer. Portanto, longe de transgredir, fui ensinada sobre quais os aspectos de minha aparência e de minha conduta precisavam ser negociados para ser aceita na escola, na faculdade e no mercado de trabalho. Talvez meu tom de voz baixo e meu vocabulário ainda revelem isso.

Uma crescente começou por volta de 2007, quando ingressei no mestrado. Ser mais uma vez a única negra, desta vez longe de casa, me deu novas perspectivas. Fui enegrecendo. Assumi meu cabelo crespo dois anos depois. Mas posso dizer que meu ponto de virada mesmo foi meu ingresso no serviço público. Em 2013, compus a primeira turma de servidores de carreira da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, instância criada em resposta às demandas de movimentos negros para enfrentar as desigualdades raciais. Daí em diante, fui me apropriando do debate sobre a questão racial no Brasil e entendendo melhor a gravidade das condições de vida da população negra brasileira.

Ao longo da sua trajetória, você se sentiu representada por alguém a ponto de torná-la/lo uma inspiração para seus projetos e ações?

É curiosa essa pergunta, porque não há nenhuma conquista para a igualdade racial no Brasil que não seja obra coletiva. De todo modo, posso citar alguns nomes.

Primeiro, Luiza Bairros, ex-Ministra da Igualdade Racial. Luiza é uma inspiração permanente para mim pela sua capacidade de realização como Ministra de Estado em um curto espaço de tempo. Luiza soube entender as brechas e estabelecer e padronizar nacionalmente importantes políticas públicas, como as cotas no ensino superior e no serviço público federal, mais a equalização dos direitos das domésticas, os quais considero três grandes terremotos para a sociedade brasileira.

Na sequência, cito Fernanda Lopes, minha conselheira quando a cabeça arde – e mais que isso –, mulher incontornável para a política de saúde da população negra no Brasil; Vilma Reis e Lúcia Xavier, pela capacidade que possuem de articular as principais questões sociais e políticas brasileiras contemporâneas com a questão racial, ao mesmo tempo em que se engajam na construção coletiva de novos caminhos para as mulheres negras brasileiras.

Entre os colegas da carreira de planejamento e orçamento federal, me inspiro bastante em Roseli Faria e Cilair Abreu, não só pelos caminhos que trilharam, mas pela disposição que possuem em partilhar seus conhecimentos com outras pessoas, visando o aperfeiçoamento do serviço público.

Em 2021, você foi eleita pela ONU uma das cem personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo. Qual é a importância desse reconhecimento para a sua trajetória?

Primeiro, é importante ponderar que se trata de um reconhecimento coletivo. Junto comigo, outras pessoas de diferentes lugares do mundo que contribuem para a justiça racial, receberam a mesma honraria por seu vínculo com as Nações Unidas, no âmbito da Década Afrodescendente. Segundo, penso que esse vínculo se reporta à minha atuação na construção do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial e ao fato de ser uma servidora pública com uma longa carreira pela frente, que se preocupa em articular a questão racial ao ciclo de políticas públicas. Finalmente, penso que esse reconhecimento me abre portas para que eu consiga fazer mais e melhor na administração pública.

Parece haver pouco interesse da população em se envolver em assuntos sobre o orçamento público no Brasil. Na sua opinião, há mesmo um desinteresse, e por quê isso ocorreria?

Não penso que as pessoas sejam desinteressadas. A população sabe qual o impacto que mais ou menos recursos públicos têm no seu

cotidiano. Sabe o que é não ter dinheiro para contratar médicos e médicas para o posto de saúde. Sabe o que é segurar o reajuste da merenda escolar e ver a alimentação das crianças piorando. Sabe o que é colocar mais dinheiro na guerra às drogas e ver aumentar as operações policiais ineficientes na porta de casa.

O que há é a manutenção de uma linguagem do orçamento público que restringe sua discussão a um pequeno grupo de especialistas, inviabilizando o seu controle social pela população e, portanto, a interdição de um debate franco sobre as escolhas alocativas.

Sabemos da importância da participação da população na gestão dos recursos do Estado. Qual orientação daria ao público geral, que possui interesse em se aproximar do debate sobre o Orçamento Público?

Eu gosto bastante da produção escrita e audiovisual do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). No site da instituição e no canal do Youtube, é possível encontrar vários materiais que descomplicam a temática do orçamento público e buscam aproximá-la do nosso cotidiano.

Uma revista científica e, por vezes, o próprio ambiente acadêmico podem utilizar uma linguagem mais técnica dificultando a compreensão e até mesmo o acesso da comunidade de maneira geral. Considerando este aspecto, como tornar estas produções mais acessíveis a um público mais extenso?

É possível falar e escrever de forma mais simples sem renunciar à complexidade. Penso que ainda não estamos acostumados a revisar as nossas produções segundo parâmetros como “posso organizar esse texto de forma diferente para atingir o maior número de pessoas?”; ou ainda: “posso mobilizar infográficos para tornar essa explicação mais acessível?”; por fim, “que substituição de palavras posso fazer para o que eu quero dizer seja de fato entendido?”. Eu seria incapaz de listar aqui quais outros aspectos poderiam ser mobilizados para alcançar uma

linguagem ainda mais simples. De todo modo, sugiro pesquisar o curso e os materiais que a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) já possui sobre o assunto, além de experiências subnacionais em curso, como da Prefeitura de São Paulo.

Pensando nos métodos vigentes para o combate à desigualdade social com base no planejamento do orçamento público, poderíamos dizer que há certa invisibilidade do público preto para a elaboração de políticas públicas voltadas à realidade dessa parcela da população? Quais seriam as razões de tal negligência? E como, as instituições e a população, poderiam juntos, começar a mudar este cenário?

Por muito tempo, a ideia de democracia racial orientou a ação do Estado brasileiro na lida com as questões raciais. É preciso ter em mente que hoje, essa ideia ainda está presente e convive com outras, como aquela de justiça racial. Então ao mesmo tempo em que temos o Estatuto da Igualdade Racial, temos uma dificuldade histórica de apontar quem são os sujeitos que praticam discriminação racial. Quantas pessoas e instituições conhecemos condenadas pelo crime de racismo? Com essas considerações, quero dizer que há uma disputa sobre o que significa a questão racial no Brasil. Não por acaso, a crescente de reconhecimento de direitos desde a Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento pela sociedade de que o racismo é uma questão sistêmica vem acompanhada de um aumento da violência racial explícita e do um discurso de que ela é irrelevante (“mimimi”). Bem, esse é o cenário.

Sobre o que fazer: não há solução mágica. Do ponto de vista da intervenção pública, a igualdade racial é uma construção recente, sujeita a erros e acertos. O que não significa que não se saiba para onde ir. Penso que um pressuposto muito importante é que o racismo desumaniza pessoas negras e brancas. Achar que se é superior a outras pessoas pela cor da pele é uma construção social que afasta as possibilidades de convívio democrático e naturaliza socialmente as violências perpetradas contra pessoas negras no posto de saúde, na escola, na *blitz*. Em outros

termos: não adianta atuar no impulsionamento de vidas negras sem enfrentar a branquitude.

Outra coisa são as ações afirmativas, no sentido de corrigir rapidamente distorções que garantem vantagens cumulativas para pessoas brancas e o inverso para pessoas negras em determinadas áreas de política pública. Não dá para continuar achando natural termos o número de diplomatas negros que temos, não ter até hoje um chanceler negro, sendo o país de maior população negra fora da África. É por isso que precisamos de cotas.

Finalmente, é preciso racializar as políticas públicas em favor da população negra. Atuar no abandono escolar de meninos negros e na mortalidade materna de mulheres negras. Inverter as perguntas: ao invés de chamar meninos negros que não estudam nem trabalham de “nem, nem”, questionar-se como eles são abandonados pelo Estado a esse ponto. Enfim, penso que se trata atuar decisivamente sobre políticas públicas que incidem sobre trajetórias.

Não consigo enxergar uma mudança qualitativa para a promoção da igualdade racial se especialmente as pessoas brancas não se enxergarem como parte do problema e da solução. O racismo não é uma problemática criada por pessoas negras.

Nos últimos anos, temos a impressão de que a ideia de racismo estrutural ganhou novo fôlego interpretativo não só em âmbito acadêmico, mas também em espaços informais por conta das redes sociais e da opinião pública cada vez mais engajada. Na sua análise, por que nosso racismo é estrutural? Podemos dizer que o racismo impacta positiva e negativamente o desenho das nossas políticas públicas?

Entendo o racismo como algo sistêmico sim, que se ajusta ao sistema econômico de forma tal que os mais pobres são, normalmente, não brancos. Mas não me sinto habilitada a fazer uma discussão conceitual sobre o assunto.

Para a área de políticas públicas, o conceito de racismo institucional é operacional o bastante para nos ajudar a intervir na realidade. Ele se

refere a um conjunto de políticas, normas e comportamentos vigentes em organizações públicas e privadas que impedem as pessoas negras de usufruírem adequadamente da oferta de bens, serviços e oportunidades apenas por conta da cor da pele ou de sua origem étnica.

É o que acontece, por exemplo, com mulheres negras em trabalho de parto. Médicos (as) ministram menos anestesia porque acreditam que elas são mais fortes. Ou o que acontece quando um (a) diretor (a) de escola não autoriza que uma criança cigana frequente as aulas porque ela não possui comprovante de residência (os ciganos são povos nômades).

O desenho da política pode até ser “neutro”. Mas, ao não reconhecer como ela é executada, ao não se perguntar se ela entrega o que tem que entregar e se a não ou péssima entrega tem a ver com a cor da pele, viabiliza-se sua interação com o racismo. Penso que, para interromper o racismo nas políticas públicas, é preciso um processo rigoroso de avaliação de políticas que responda o quanto elas alcançam pessoas brancas e não brancas de formas diferentes.

O Brasil se desenvolveu sob uma economia escravocrata, cujas consequências sociais reverberam ainda hoje. Com base em suas pesquisas, qual momento poderíamos apontar como marco inicial da implementação de políticas públicas para a população preta? Neste *continuum*, onde se localiza a Lei de Cotas?

A redemocratização é um marco fundamental. Daí em diante, novas políticas públicas vão sendo criadas e consolida-se a jurisprudência em favor de ações afirmativas. O período de florescimento se encerra no governo Dilma Rousseff.

Isso não foi um movimento exclusivo da União. As cotas no ensino superior (2012) e no serviço público federal (2014), por exemplo, reportam-se a experiências bem-sucedidas de Estados e Municípios.

Mas isso não se dá sem tensões: a política de saúde da população negra é um exemplo. A população negra é maioria no país e a principal usuária do SUS. Qual o motivo de precisarmos de uma política para nós?

Outro aspecto que importa ressaltar: a construção de políticas públicas de igualdade racial ocorre ao mesmo tempo em que as taxas de

mortes de jovens negros alcançam números escandalosos, mas nem por isso mobilizadores da opinião pública. Então há sim uma implementação positiva de políticas, de um lado, mas o racismo operando fortemente de outro.

Atualmente, percebemos um processo de cooptação de movimentos sociais pela esfera política e até mesmo pela administração pública federal. Por outro lado, vemos muitas conquistas e debates sendo iniciados por coletivos. Houve uma reestruturação do papel dos movimentos na democracia atual? Hoje qual é a importância dos movimentos e coletivos para as mulheres e para as populações pretas?

Eu não consigo enxergar uma política de promoção da igualdade racial e combate ao racismo na esfera federal de governo sem a intensa participação dos movimentos negros. Por outro lado, é preciso formar uma burocracia profissional multirracial para executar a política. Para mim, é uma questão de calibragem. Como não esvaziar os movimentos sociais e como empoderar os profissionais públicos dedicados à temática.

Sobre a reestruturação da ação, considero que os movimentos sociais em geral ainda estão se adaptando ao fortalecimento da extrema-direita, que inclusive no Brasil é financiada com recursos do fundo partidário. A importância dos movimentos sociais se fortalece quanto à defesa da democracia, mas sua capacidade de intervenção na realidade atual ainda é um desafio.

Finalmente, sobre sua relevância, eu costumo falar que sem absorver o “mapeamento das margens” feitos pelos movimentos negros, seria impossível ao Estado ser efetivo na promoção da igualdade.

Você participou do Programa Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras com o projeto “Construindo a liderança na administração pública federal”. Poderia contar aos nossos leitores um pouco sobre os objetivos e as dificuldades da proposta, bem como os resultados alcançados com o projeto?

Antes de contar minha experiência, é preciso pontuar o ineditismo da iniciativa: aportar recursos para que mulheres negras desenvolvam suas carreiras. Em vez de entregar comprovantes de gasto, entregamos resultados, expressos em participação em cursos, eventos, disseminação de conhecimento *etc.* Também tivemos que olhar para nós mesmas – porque estamos muito habituadas a pensar na coletividade e sermos as últimas da fila que nós mesmas criamos. O Programa aposta na lógica da efetividade, ao invés do controle, ao mesmo tempo em que valoriza as experiências, os saberes e os potenciais do segmento mais vulnerável da sociedade brasileira.

Também pondero outro elemento inovador, que não está presente em muitas ações filantrópicas dirigidas às mulheres negras. Pela primeira vez, não me perguntaram minha renda. Sem desconsiderar que há mulheres em posição muito mais vulnerável que eu, servidora pública, noto no Programa uma compreensão de que as desigualdades raciais aumentam na medida em que se avança na pirâmide. Mulheres negras de classe média têm um passado a reparar com os seus rendimentos, com seu trânsito no mercado de trabalho e na sociedade. Ao mesmo tempo, não têm as mesmas oportunidades de desenvolvimento de que usufruem as mulheres brancas. Olhar para renda é insuficiente para mensurar sua vulnerabilidade, ainda que seja uma boa *proxy*. E veja, tudo isso em memória de Marielle Franco, mulher que tinha todos os elementos para renovar a vida pública brasileira e que foi barbaramente interrompida.

Dito isso, o Programa Marielle Franco foi fundamental para que eu fechasse as pontas da minha carreira. Em 2019, me sentia muito isolada, porque a revanche em relação à questão racial e aos direitos humanos era imenso e ainda não havia encontrado minha praia na área de planejamento e orçamento. Costumo dizer que o Programa me resgatou. Conheci mulheres de norte a sul do país, adensei meu conhecimento sobre a questão racial no Brasil, me capacitei em diferentes áreas para melhorar minha atuação na administração pública e consegui juntar essas duas avenidas que caminhavam separadas: a promoção da igualdade racial e de gênero e o orçamento público. Tive dificuldades em executar o projeto tal como inicialmente planejado por conta da pandemia, mas

posso dizer que fui exitosa em me firmar como alguém que exerce influência na administração pública sobre como enfrentar a questão racial, em particular, e o enfrentamento das desigualdades, de modo geral.

A primeira infância é um período primordial para o estabelecimento de conceitos e de crenças das crianças. Neste sentido, do ponto de vista prático, como você vê o papel da escola em trabalhar questões como o racismo?

Empoderar crianças e famílias negras é apenas parte da solução. É preciso também fazer o movimento inverso: fazer o letramento racial crítico de crianças e famílias brancas. Se essas pessoas não entenderem que são agentes causadores do racismo e que mesmo que não façam nada, serão beneficiadas pelas instituições, não dá para criar uma escola antirracista. Assim, além de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, é preciso se debruçar sobre a branquitude. Um avanço que considero fundamental é estabelecer um protocolo nacional antidiscriminatório nas escolas, capitaneado pelas pastas de educação, direitos humanos, igualdade racial e mulheres. Professores precisam saber o que fazer quando uma ofensa tem lugar. Coordenadores precisam dialogar francamente com famílias brancas sobre sua agência na dor. O sistema de justiça precisa organizar respostas que restaurem a confiança de famílias negras no espaço educativo. Para problemas complexos, não há soluções simples. O trabalho é de natureza intersetorial. Mas sua construção precisa ter lugar no Estado brasileiro, inclusive para fortalecer nossa democracia.

Acreditamos que o conhecimento científico é fundamental para o desenvolvimento social. Gostaríamos que deixasse uma mensagem de incentivo para os nossos leitores para que se mantenham sempre atentos e atualizados, sobretudo, sobre temáticas que envolvem diretamente a vida em sociedade.

As revistas científicas são excelentes formas de absorver conteúdo crítico sobre determinada área de política pública. Sempre que quero me

atualizar, entro em portais gratuitos e faço uma pesquisa avançada com palavras-chave nos campos títulos e resumos, restrita aos últimos 10 anos, e baixo os arquivos. O exercício já me dá uma métrica importante sobre o que tem sido pesquisado e quais as lacunas do conhecimento científico recente. Sempre presto atenção nas referências: normalmente encontro ali textos importantes que desconheço.

Algumas revistas têm se preocupado com a disseminação do conhecimento científico em outros formatos e atuado na produção de *podcasts*. Sugiro fazer uma busca nos aplicativos de *streaming* das revistas e dos centros de pesquisa que vocês mais admiram. É algo que você pode escutar no ônibus ou no metrô, a caminho da universidade.

Depois da pandemia, muitos seminários e congressos têm adotado formato híbrido ou transmissão pela internet. Também sugiro se atentar para isso, principalmente se sua participação no evento será como ouvinte. Você consegue participar e, ao mesmo tempo, reduz o custo de deslocamento.

Muito obrigada pela oportunidade da entrevista!

Sobre a entrevistada

Clara Marinho 

Graduada em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Planejamento e Orçamento pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutoranda em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Analista de Planejamento e Orçamento na Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia.

Email: clara.pereira@economia.gov.br

Sobre as entrevistadoras

Mariele Troiano  

Graduada em Ciências Sociais e mestra e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Ciências Sociais e na Revista Mundo Livre. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC).

E-mail: troianomariele@id.uff.br

Cecília Souza Oliveira  

Graduada em Psicologia e mestra e doutora em Neurociências pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Neuropsicologia pelo Centro de Estudos Psico-Cirúrgicos (CEPSIC). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Psicologia e na Revista Mundo Livre.

E-mail: ceciliasouzaoliveira@id.uff.br

Amanda dos Santos Coutinho  

Graduada em Biblioteconomia e Documentação pelo Instituto de Comunicação e Arte (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói. É integrante da equipe editorial da Revista Mundo Livre. Tem interesse em comunicação científica e organização do conhecimento.

Email: amcoutinho@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 05/12/2022. Aprovado em: 13/12/2022. Publicado em: 22/12/2022.